



GABARITO

PROVA PRF 2008 - MODELO 1

RESPOSTAS COMENTADAS

GABARITOS OFICIAIS DEFINITIVOS DAS PROVAS OBJETIVAS

Questão	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Gabarito	B	D	B	D	A	E	A	E	C	B	C	D	D	B	E	D	<u>X</u>	D	B	C
Questão	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
Gabarito	E	A	C	D	B	E	D	C	B	B	D	B	B	C	D	B	C	A	B	B
Questão	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
Gabarito	<u>X</u>	<u>X</u>	C	C	E	D	C	A	B	B	E	C	B	D	E	D	A	D	<u>X</u>	C
Questão	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
Gabarito	B	B	D	E	E	C	C	D	C	E	E	B	C	D	C	E	A	D	C	A

Obs.: (X) questão anulada.

LÍNGUA PORTUGUESA – professora Eliane

01 B	<p>A alternativa A está errado porque o texto não cita vias portuárias; C está incorreta porque a conquista política não é citada no texto; D, porque o que se cita sobre as civilizações mediterrâneas é o fato de se desenvolverem “unicamente a partir de seus pontos”; E é incorreta porque a expansão comercial é a principal marca dos romanos. Em B, é correto afirmar que, a partir da expansão territorial e a construção de estradas nas novas províncias, o comércio se beneficiou.</p>
02 D	<p>A – o correto seria “à proporção que”.</p> <p>B – “na região mediterrânea” deveria estar entre vírgulas por ser um adjunto adverbial de lugar, deslocado.</p> <p>C – “e diferente de outros povos” deveria ser regido E, DIFERENTE DE OUTROS POVOS, com o emprego da vírgula para separar a expressão intercalada em negrito, que quebra a seqüência lógico-sintática da frase.</p> <p>E – problemas com as vírgulas – o correto seria “O comércio dos romanos, que, no passado, fora realizado unicamente por meio de portos, passaram a dedicar-se principalmente à venda de produtos alimentícios, dentre os quais se destacam vinho, azeite, cereais, carnes, entre outros.”</p>
03 B	<p>A – problema com a falta do sinal indicativo de crase em “as cidades vizinhas”, que deveria ser redigido às cidade vizinhas. A palavra “principalmente” também deveria ser apresentada entre vírgulas.</p> <p>C – problema com a falta de concordância entre “o conjunto do território” e “dotada”.</p> <p>D – não se pode empregar vírgula entre a conjunção e a oração subordinada que está diretamente ligada a ela – o correto seria “... a verdade é que essas rochas...”</p> <p>E – faltou sinal indicativo de crase em “deve-se, provavelmente, à técnica”.</p>
04 D	<p>As comunicações oficiais seguem preceitos da impessoalidade, formalidade, padronização, clareza, concisão e uso do padrão culto de linguagem e tem características específicas para cada tipo de expediente. Uma característica determinante neste tipo de texto diz respeito ao pronome de tratamento, o qual deve acontecer de forma respeitosa. Quanto à sua concordância, os pronomes de tratamento apresentam duas peculiaridades quanto à concordância verbal, nominal e pronominal: a) referem-se à segunda pessoa gramatical (à pessoa com quem se fala, ou a quem se dirige a comunicação); b) concordam com a terceira pessoa (aquele de quem se fala). Assim sendo, os pronomes possessivos referidos a pronomes de tratamento são sempre os da terceira pessoa: “Vossa Senhoria levará seu secretário” e não “vosso secretário”.</p>
05 A	<p>O aluno deveria perceber que há uma família de índios, tradicionalmente caracterizados, inseridos num ambiente urbano. Índios e peixes pertencem ao mesmo ambiente natural. No caso do meio urbano, peixes só podem ser vistos pelos índios em lojas comuns nos ambientes urbanos contemporâneos – os <i>pet shops</i>. Sendo assim, a única alternativa correta seria A, já que a outra não apresenta relação com a figura indígena.</p>

06 E	<p>A – a vírgula foi empregada para que a expressão “dos homens” não caracterizasse o substantivo antecedente “céu” e não para indicar oposição.</p> <p>B – “Nesse mundo” retoma anaforicamente o mundo citado na porção textual anterior. Só se usaria “naquele mundo”, se uma retomada de idéia já citada não fosse feita.</p> <p>C – o pronome se refere a “céu” - regularidade e clemência do céu.</p> <p>D – Não há dificuldade de leitura provocada pelo emprego da expressão.</p>																																																	
07 A	<p>Informações incorretas:</p> <p>B – Não se cita “primórdios da humanidade”. A referência é “houve uma época”.</p> <p>C – Não haver tecnologia fora os instrumentos rudimentares de trabalho não significa que a tecnologia era atrasada.</p> <p>D – Os homens não viveram próximos do céu.</p> <p>E - “Num passado remoto” não é referência coerente com o texto. Outras informações também estão incorretas.</p>																																																	
08 E	<p>A – problemas com a última oração subordinada - “que esperou por ela por dez anos”; o correto seria por quem esperou por dez anos.</p> <p>B – falta do acento gráfico em “apóiam” e emprego incorreto das vírgulas.</p> <p>C – a posição da palavra famoso altera o significado do enunciado pretendido e torna-se incoerente nesse contexto; crase em “referências à lua” e problemas com a pontuação.</p> <p>D – incorreto emprego dos pronomes “onde” e “cujo” (presença do artigo).</p>																																																	
09 C	<p>Fastio - <i>sm (lat fastidiu)</i> 1 Falta de apetite. 2 Aborrecimento, tédio. 3 Aversão, repugnância.</p> <p>Alheamento – ato de afastar-se, tornar-se alheio.</p> <p>Os vocábulos acima indicam o motivo presente em C.</p>																																																	
10 B	<p>Função poética da linguagem – linguagem figurada, subjetiva, plurissignificativa, emprego de conotação.</p> <p>Questão meramente de interpretação – exigia do aluno a mensagem do texto figurativo.</p>																																																	
RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICO – professor Suzuki																																																		
11 C	<p>A única maneira de a informação estar errada é alguma placa apresentar as três letras vogais e o número formado por quatro algarismos NÃO ser par. Portanto, os policiais deverão tirar a tinta das placas I, III e V. Da placa I, pois as três letras são vogais e assim, se o último algarismo for ímpar, a informação está errada; já a placa III, sabemos que a última letra é A e não conhecemos o último algarismo, e assim, devemos retirar a tinta desta placa já que há a possibilidade de termos todas as letras sendo vogais e o número formado por quatro algarismos ser ímpar; na placa V, o número é ímpar, e portanto, como temos as duas primeiras letras vogais, devemos retirar a tinta para verificar se a última letra também é vogal.</p> <p>Na placa II, como temos consoantes, não há o que verificar. E na placa IV, como o número já é par, independente do que aconteça com as letras, a informação já está correta. Por isso não há necessidade de retirar a tinta dessas duas placas para verificar a informação dada.</p>																																																	
12 D	<p>Com as informações dadas na primeira parte do enunciado, é possível cruzar as linhas e colunas da tabela dada e preenchê-la corretamente.</p> <table border="1" data-bbox="683 1485 1070 1798" style="margin-left: auto; margin-right: auto;"> <tr> <td></td> <td>i</td> <td>ii</td> <td>iii</td> <td>A</td> <td>B</td> <td>C</td> </tr> <tr> <td>Pedro</td> <td>F</td> <td>F</td> <td>V</td> <td>F</td> <td>F</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>Jorge</td> <td>F</td> <td>V</td> <td>F</td> <td>F</td> <td>V</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>Mário</td> <td>V</td> <td>F</td> <td>F</td> <td>V</td> <td>F</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>A</td> <td>V</td> <td>F</td> <td>F</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>B</td> <td>F</td> <td>V</td> <td>F</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>C</td> <td>F</td> <td>F</td> <td>V</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </table> <p>Ao completar a tabela, podemos verificar que os itens I, II e IV são falsos e que os itens III e V são verdadeiros.</p>		i	ii	iii	A	B	C	Pedro	F	F	V	F	F	V	Jorge	F	V	F	F	V	F	Mário	V	F	F	V	F	F	A	V	F	F				B	F	V	F				C	F	F	V			
	i	ii	iii	A	B	C																																												
Pedro	F	F	V	F	F	V																																												
Jorge	F	V	F	F	V	F																																												
Mário	V	F	F	V	F	F																																												
A	V	F	F																																															
B	F	V	F																																															
C	F	F	V																																															
13 D	<p>É preciso notar que a soma total da 2ª coluna da tabela dada está errada. A soma correta é 853800 e não 853900. Porém isto não interfere na alternativa correta, já que as respostas são dadas por intervalos de valores e, utilizando 853800 ou 853900, a alternativa correta é a mesma.</p> <p>Denotemos por x o número de CNHs suspensas ou cassadas de julho a dezembro de 2008. Assim, para que</p>																																																	

	<p>a média atinja 170000, temos que ter: $\frac{853800 + x}{6} = 170000$ e efetuando os cálculos corretamente temos que $x = 166200$. De janeiro a junho já foram cassadas ou suspensas 64500 e assim, para que a média seja 170000, devemos ter em 2008</p> <p>$166200 + 64500 = 230700$</p>
14 B	<p>Basta pegar o total de CNHs suspensas ou cassadas e dividir em 8 partes iguais. Destas 8 partes, 5 são de CNHs suspensas e 3 são de CNHs cassadas. Logo,</p> <p>$98800:8 = 12350$</p> <p>Então, temos $12350 \times 5 = 61750$ CNHs suspensas e $12350 \times 3 = 37050$ CNHs cassadas. A diferença é: $61750 - 37050 = \underline{24700}$.</p>
15 E	<p>Se a variação é constante, temos para os primeiros seis meses do ano que:</p> <p>$175000 - x + 175000 + 175000 + x + 175000 + 2x + 175000 + 3x + 175000 + 4x = 1500000$</p> <p>$1050000 + 9x = 1500000$</p> <p>$9x = 450000$</p> <p>$x = 50000$</p> <p>Veja que a variação de CNHs emitidas mês a mês varia segundo uma P.A. (125000, 175000, 225000, ...) que tem 12 termos e razão igual a $r = 50000$. Desta forma, podemos encontrar o último termo (quantidade de dezembro): $a_{12} = 125000 + 11 \times 50000 = 675000$. Como queremos a quantidade total em 2008 devemos fazer a soma dos 12 termos da P.A.:</p> $S_{12} = \frac{(125000 + 675000) \cdot 12}{2} = 4800000$
16 D	<p>Utilizando os dados do enunciado e denotando por x o número de pessoas que admite dirigir depois de ingerir bebida alcoólica, podemos escrever a seguinte proporção:</p> $\frac{3}{600} = \frac{115700}{x}, \text{ e portanto, } x = 23140000$ <p>Como essas 23140000 correspondem a 12% da população, podemos denotar por y o número de brasileiros em 2005 e fazer:</p> $\frac{23140000}{y} = \frac{12}{100}$ <p>Logo, $y = 192833333,333...$</p>
17 X	<p>QUESTÃO ANULADA. A opção C, referente a como acomodar as pessoas na Van, sem dúvida, está correta (veja resolução abaixo). Todavia, a opção D, referente à construção da faixa para patrulhamento do depósito de veículos apreendidos, falta informar que a faixa deveria ser construída junto aos 4 lados do terreno. Dessa forma, sem tal informação é possível construir faixas, paralelas aos lados do terreno, de larguras superiores a 6 m, o que tornaria a referida opção também correta. Assim sendo, o CESPE/UnB decidiu pela anulação da questão.</p> <p>Resolução (alternativa C): Como temos 16 pessoas, 16 lugares e todas as pessoas podem ocupar cada um dos 16 lugares, a quantidade de formas diferentes que essas pessoas têm para se acomodar é dada pela permutação destas 16 pessoas. Ou seja, $16.15.14.13...3.2.1 = 16!$</p>
18 D	<p>A área sombreada da figura II é dada pela área do círculo de raio 1cm subtraída de um quarto de sua própria área e ainda subtraída pela área de um círculo de raio $\frac{1}{2}$ cm. Ou seja, a área sombreada na figura II é igual a:</p> $\pi \cdot 1^2 - \left(\frac{\pi \cdot 1^2}{4} + \pi \cdot \left(\frac{1}{2} \right)^2 \right) = \pi - \frac{\pi}{4} - \frac{\pi}{4} = \frac{\pi}{2} \text{ cm}^2.$ <p>A área sombreada da figura V é dada pela área de um quarto de um círculo de raio 2cm subtraída pela área de um semicírculo de raio 1cm. Logo, a área é dada por: $\frac{\pi \cdot 2^2}{4} - \frac{\pi \cdot 1^2}{2} = \pi - \frac{\pi}{2} = \frac{\pi}{2} \text{ cm}^2.$</p> <p>Veja que as áreas são iguais.</p>

19 B	<p>Denotemos por x o valor de cada uma das multas e por y a quantidade de multas que o indivíduo recebeu em 2006. Com as informações dadas pelo enunciado é possível montar o seguinte sistema de equações:</p> $\begin{cases} x \cdot y = 4000 \\ (x + 40) \cdot (y + 3) = 6720 \end{cases}$ <p>Resolvendo este sistema, encontraremos dois possíveis valores para x:</p> $x_1 = \frac{400}{6} \approx 66,66 \text{ e } x_2 = 800$ <p>Como o enunciado diz que o valor de cada uma das multas foi superior a R\$200,00, podemos afirmar que o valor correto para a multa em 2006 é de R\$800,00.</p>
20 C	<p>Como o cilindro está inscrito em um cone de raio da base medindo 10cm e altura medindo 25cm, utilizando a semelhança de triângulos, podemos descrever a altura h do cilindro em função do raio da base r do cilindro:</p> $\frac{25}{10} = \frac{25 - h}{r} \Rightarrow 250 - 10h = 25r \Rightarrow h = -2,5r + 25$ <p>A área lateral de um cilindro é dada por $A_l = 2 \cdot \pi \cdot r \cdot h$. Colocando esta área lateral em função do raio r, temos:</p> $A(r) = 2 \cdot \pi \cdot r \cdot (-2,5r + 25)$ $A(r) = -5\pi \cdot r^2 + 50\pi \cdot r$ <p>Colocando $50\pi r$ em evidência, temos:</p> $A(r) = 50\pi \cdot r \left(1 - \frac{r}{10} \right).$
CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES – professor Niero	
21 E	<p>A região Centro-Oeste durante o governo de JK cresceu e atraiu um grande número de migrantes nordestinos. A grande obra de JK foi a construção de Brasília, a nova capital do Brasil. Com a transferência da capital do Rio de Janeiro para Brasília, JK pretendia desenvolver a região central do país e afastar o centro das decisões políticas de uma região densamente povoada. Com capital oriundo de empréstimos internacionais, JK conseguiu finalizar e inaugurar Brasília, em 21 de abril de 1960.</p> <p>A política econômica desenvolvimentista de Juscelino apresentou pontos positivos e negativos para o nosso país. A entrada de multinacionais gerou empregos, porém, deixou nosso país mais dependente do capital externo. O investimento na industrialização deixou de lado a zona rural, prejudicando o trabalhador do campo e a produção agrícola.</p>
22 A	<p>A região Centro-Oeste vive intenso processo de urbanização. Na década de 70, a população rural representava cerca de 60% do total de habitantes. Em apenas dez anos, o percentual caiu para 32%, até atingir 15,6% em 1996 (cerca de 84,4% de população urbana). Essa progressão se dá não só pelo êxodo rural, mas pelo aumento do fluxo migratório de outros estados brasileiros para os centros urbanos do Centro-Oeste.</p> <p>Conseqüência direta dos programas de mecanização da agricultura, a migração do campo, modifica a distribuição demográfica da região. A nova configuração exige dos estados, investimentos em infra-estrutura urbana e serviços. A mobilização, contudo é insuficiente. Atualmente a região registra indicadores sociais e de qualidade de vida abaixo da média brasileira. Uma exceção é o Distrito Federal, detentor das melhores taxas de escolaridade e da mais elevada renda per capita, da quantidade de veículos e telefones por habitante, de todo o país.</p>
23 C	<p>Projetos para a construção de usinas hidrelétricas na Amazônia começaram a ser discutidos em 2003, mas foi em 2006 que o processo de licenciamento começou, junto com a polêmica sobre os impactos ambientais que os empreendimentos devem causar à bacia hidrográfica.</p> <p>A construção do chamado complexo hidrelétrico do Madeira, projetado pelo consórcio Furnas/Odebrecht, está orçada em R\$ 20 bilhões e pretende gerar 6.450 megawatts, pouco mais da metade da potência da usina hidrelétrica de Itaipu, a maior do mundo em operação. As usinas foram planejadas para aproveitar a força das corredeiras naturais de Santo Antônio e Jirau, distantes de Porto Velho a seis e 150 quilômetros, respectivamente. Uma área de 217 quilômetros quadrados será inundada.</p> <p>O Rio Madeira, principal afluente do Rio Amazonas, tem 1.700 quilômetros de extensão em território brasileiro e vazão média de 23 mil metros cúbicos por segundo. É formado pelos rios Guaporé, Mamoré e Beni, originários dos planaltos andinos, e apresenta dois trechos distintos em seu curso, denominados Alto e Baixo Madeira.</p> <p>Movimentos contrários ao empreendimento denunciam uma série de irregularidades no processo de licenciamento ambiental.</p>

24 D O Brasil prevê leiloar quatro milhões de hectares de florestas já em 2009 para que sejam administradas de modo "sustentável" por empresas privadas, como parte de um plano que pretende preservar da destruição áreas públicas.

O chamado Plano de Concessões de 2009 prevê, além disso, gerar 700 milhões de reais para a chamada economia florestal sustentável e arrecadar 120 milhões de reais para organismos públicos de proteção, revelou o Ministério do Meio Ambiente.

O Plano inclui a exploração de áreas de preservação florestal nos Estados de Roraima, Amazonas, Pará, Acre e Rondônia.

A área foi definida a partir do registro nacional de florestas públicas, que soma 210 milhões de hectares, dos quais 198 milhões de hectares se encontram em áreas federais.

Desse total, foram excluídas as terras dos indígenas, as áreas de proteção integral e as de uso comunitário, o que totalizou uma área de 42,8 milhões de hectares legalmente aptos para concessões.

De todo este território, chegou-se a 12 milhões de hectares depois de analisar quais teriam "potencial de exploração florestal sustentável", onde haveria condições para obter licenças ambientais e, principalmente, que estivessem em áreas prioritárias para projetos de conservação e desenvolvimento social, segundo o governo.

A cifra final representa seis por cento do total de florestas públicas federais e a meta do serviço Florestal é a de que, em finais de 2009, já estejam quatro milhões de hectares em processo de concessão.

A idéia é diminuir a ilegalidade do setor madeireiro e oferecer ao mercado, alternativas para a produção sustentável, afirmou o diretor do Serviço Florestal Brasileiro, Tasso Azevedo.

A concessão florestal e a promoção da administração florestal comunitária são as melhores opções, acrescentou.

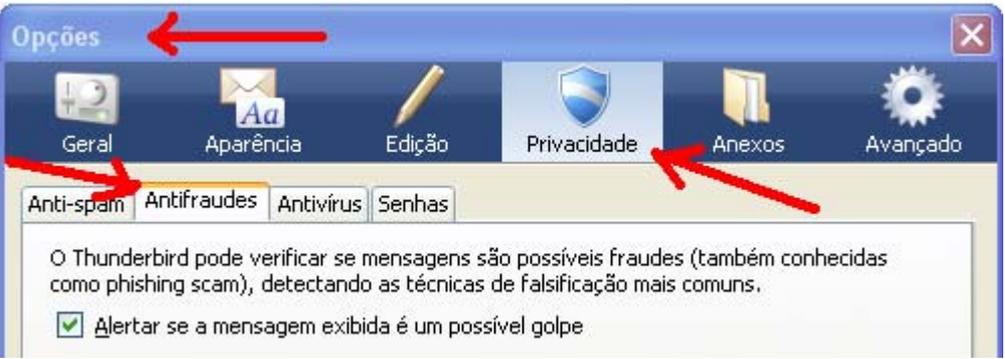
25 B O corredor viário da Interoceânica Sul, une o Peru ao Brasil numa extensão de 2.603 quilômetros de asfalto que permitirão o acesso desde a cidade brasileira de Assis Brasil até os portos de San Juan de Marcona na província de Ica, Matarani na província de Arequipa e Ilo no departamento de Moquegua. Desse trecho, 1.514 quilômetros já estão prontos. Foram licitados 710 quilômetros que estão sendo asfaltados agora, mas restam 804 entre Puente Inambari e os portos de Ilo e Matarani que ainda não foram licitados.

CORREDOR INTEROCEÂNICO-SUL		
Trechos	Não asfaltados (Km)	Asfaltados (Km)
1 - San Juan de Marcona - Urcos	0,0	762,66
2 Urcos - Puente Inambari	300	0,0
3 Puente Inambari - Inambari	403,20	0,0
4 Inambari - Azángaro	305,90	0,0
5 Matarani - Azángaro, Ilo e Juliaca	62,20	751,70
Total	1.701,30	1.514,36

Tudo isso, na verdade, faz parte do mega-projeto de integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA Sur), cujo objetivo é utilizar a estrada para levar carga e passageiro desde o Oceano Pacífico ao Atlântico (Interoceânico) em sistema transmodal (por terra e água), ou seja, passando pelo Acre para descer pelos rios Purus ou Madeira até Manaus e Belém e dali para a Europa. O mesmo no sentido Porto Velho, Cuiabá e São Paulo para chegar os portos de exportação, em Santos, e importação, no Rio de Janeiro.

Ainda na Amazônia, a partir de Manaus, as cargas seguirão pela BR-174 para passar por Roraima e entrar na Venezuela chegando aos portos do Caribe. Tudo isso faz desse mega-projeto do corredor Interoceânico a maior obra de infra-estrutura em construção na América Latina para acessar o mercado da Bacia do Pacífico.

26 E	<p>O cultivo de grãos na Amazônia -entre eles a soja, apontada como uma das vilãs do desmatamento- pode ser uma alternativa para a recuperação de áreas já degradadas da floresta.</p> <p>Uma tecnologia desenvolvida pela Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), que consiste na integração de culturas como cultivo de grãos, pecuária e reflorestamento, começará a ser implementada em fazendas experimentais na região Norte do país. É o chamado Sistema Integrado de Produção.</p> <p>As áreas degradadas são áreas já desmatadas da floresta que foram usadas para pecuária, mas que agora estão abandonadas em decorrência da exaustão do solo aproveitado pelo gado. Para recuperá-las é preciso investimentos altos na adubação e correção da terra.</p> <p>O Sistema Integrado de Produção é uma alternativa de produção desenvolvida pela Embrapa, que usa cultivo de grãos para recuperar áreas desmatadas para gado da região da Amazônia.</p> <p>A técnica usa uma rotação de culturas e altera o uso da terra em áreas degradadas da floresta. Nos primeiros anos, a agricultura é intercalada com o plantio de árvores para reflorestamento. A partir do terceiro ano, a agricultura é substituída pelo capim para pecuária. As árvores são abatidas só a partir do sétimo ano de início do processo.</p> <p>Desta forma a técnica permite o aproveitamento de áreas que estão hoje abandonadas pela exaustão do solo. A retomada de áreas degradadas para a agricultura, indiretamente, reduz a pressão para abertura de novas áreas de florestas.</p>
27 D	<p>O Complexo Minerador da Serra dos Carajás possui reservas (em 31.12.02) de 1,5 bilhão de toneladas de minério de ferro e está localizado no estado do Pará, entre as cidades de São Félix do Xingu e Marabá e entre os rios Tocantins e Xingú.</p> <p>As primeiras pesquisas geológicas iniciaram-se em 1967 e já em 1978 começaram as obras de implantação do Projeto Carajás. Após esta fase, em 1981, ocorre a primeira detonação para abertura de mina, tendo já em 1985 a operação do 1º trem de minério.</p> <p>Em 1986 ocorre o <i>start up</i> de vendas do Sistema Norte com o primeiro embarque de minério, totalizando naquele ano um total de 13,5 milhões de toneladas de produção de minério de ferro.</p> <p>O complexo de Carajás possui quatro minas de exploração de minério de ferro, que difere do extraído no sul do País por ter maior teor de ferro e hematita. O complexo explora também manganês e cobre e, em breve, níquel.</p>
28 C	<p>O governo brasileiro determinou neste ano o recadastramento das organizações não-governamentais (ONGs) estrangeiras que atuam em reservas indígenas e áreas de proteção ambiental.</p> <p>Portaria publicada pelo Ministério da Justiça determina o recadastramento dessas instituições em no máximo quatro meses. O Executivo cancelará a autorização das entidades que descumprirem a medida ou informarem dados falsos.</p> <p>Segundo a portaria, as entidades estrangeiras sem fins lucrativos que tenham escritórios e funcionários no Brasil serão obrigadas a declarar seus objetivos, detalhar planos de trabalho, descrever onde e como atuam.</p> <p>Por meio de prestações de contas, as autoridades brasileiras poderão saber quem financia essas ONGs. As entidades terão também que identificar todos os seus diretores e funcionários. Os dados em posse do governo atualmente são de 2000.</p> <p>A Polícia Federal e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) serão responsáveis pelo controle das ONGs.</p>
29 B	<p>Para atrair investimentos e conseqüentemente mais riqueza e geração de renda para sua região, vários governos promovem incentivos variados para as empresas. Isso vai desde isenção de impostos e infra-estrutura até a própria construção das instalações da empresa com dinheiro público.</p> <p>Guerra fiscal é a disputa, entre cidades e estados, para ver quem oferece melhores incentivos para que as empresas se instalem em seus territórios.</p> <p>As desvantagens da guerra fiscal é que isso faz com que o Brasil em geral, deixe de arrecadar volumosos recursos, em virtude da disputa, sendo que de qualquer forma, ela se instalaria no Brasil. Além disso, quem adquire bens ou serviços de outro estado, quando usufrui de incentivos fiscais no seu estado de origem, pode sofrer sanções, como restrições ao crédito do ICMS.</p>
30 B	<p>Estão corretos os itens:</p> <p>III - O incidente de Abaetetuba ganhou visibilidade ao ser amplamente noticiado, e o fato de uma adolescente ter sido encarcerada junto a homens, que a violentaram no cárcere, gerou repulsa em amplos setores da sociedade.</p> <p>V - Há consenso entre os especialistas de que o enfrentamento adequado do problema fundiário na região Norte e no país exige a criação de órgão específico da administração federal para tratar da reforma agrária.</p>

31 D	No menu Formatar , realmente encontra-se a opção que permite configurar a página para duas colunas, e visualmente, parece que o documento da figura exibida foi submetido a esta formatação. E como o próprio texto da alternativa D coloca, “essa opção pode ter sido usada no documento em edição”. As outras alternativas apresentam opções que não correspondem a verdade quando utilizadas no BrOffice Writer.
32 B	A única alternativa que apresenta uma afirmativa que pode ser considerada correta é a alternativa B. Na barra  de ferramentas do BrOffice Writer existe o botão  . Quando um usuário passa o apontador do mouse sobre este botão, a mensagem “ Exportar diretamente como PDF ” será exibida. Este botão permite exportar o documento aberto e em foco para um outro documento no formato PDF. PDF é um formato portátil para documentos (Portable Document Format) desenvolvido por Adobe Systems e muito usado na Internet devido a sua versatilidade, facilidade de uso e tamanho pequeno.
33 B	A alternativa B é a única alternativa que se encaixa nas definições de software livre criadas pela Free Software Foundation (FSF). Todas as outras alternativas mencionam algum tipo de restrição. As definições criadas pela FSF tem o objetivo de eliminar quaisquer restrições relativas a distribuição de softwares regidos por esta licença.
34 C	<p>RESPOSTA DO GABARITO OFICIAL ALTERADA DE “D” PARA “C”:</p> <p>RECURSO SUGERIDO PELOS PROFESSORES DO CURSO SÓLON: Fundamentação: A resposta da questão precisa ser corrigida de “4”(quatro itens certos) para “3”(três itens certos), pois dois dos cinco itens apresentados estão incorretos, conforme se observa abaixo:</p> <p>1) No item “A lista a seguir apresenta opções da Barra de tarefas que é acessada por meio do menu Exibir”, a lista exibida é acessada através do menu Exibir, mas apresenta opções pertinentes às barras de ferramentas e não ao painel de tarefas.</p> <p>2) Outro item traz a informação “Ao se clicar o botão Design de Slides, será disponibilizada uma lista com diferentes tipos de design de estruturas básicas, como triângulos, retângulos, círculos e cubos, que podem ser inseridos no Slide mostrado”. Entretanto, o botão Design de Slides oferece outros estilos de slide mestre oferecendo outros visuais. O botão que oferece formas básicas possui a forma de um losango.</p> <p>RESPOSTA AO RECURSO: O item II está errado, pois a lista de opções mostrada é disponibilizada ao se clicar na opção Barra de ferramentas do menu Exibir, e não na barra de tarefas. O item V está errado, o botão mostrado disponibiliza uma lista de slide, e não uma lista com diferentes tipos de design de estruturas básicas, como triângulos, retângulos, círculos e cubos.</p>
35 D	No Calc ao selecionar um intervalo de células e clicar o botão  , será feita a classificação em ordem crescente dos dados considerando-se a primeira coluna da esquerda e alinha toda será levada junto. No exemplo que aparece o Calc irá trocar a linha da cidade de Natal com a linha da cidade de Brasília, ou seja trocará os conteúdos da linha 4 com o da linha 6. As outras alternativas são inconsistentes.
36 B	Os dois únicos endereços de e-mail compostos de maneira correta são os relacionados nas afirmativas I e V, os demais possuem caracteres ou composição incorreta.
37 C	<p>A única alternativa que pode ser marcada nesta questão é a alternativa C. Ao clicar no menu Ferramentas e depois em Opções, a janela opções será exibido. Nela o usuário poderá clicar no botão Privacidade e na guia Antifraudes configurar alerta de possíveis golpes.</p> <p>Um fragmento da janela opções aparece na figura abaixo.</p> 
38 A	Na maioria dos programas de computador o menu Arquivo permite a criação de novos objetos. No Mizilla TB não é diferente. O recurso de criação de pastas de usuário é acessado através do menu Arquivo e em seguida posicionando o mouse sobre a opção Novo .

39 B	 <p>O botão Encaminhar permite ao usuário encaminhar a outro destinatário uma mensagem armazenada em suas pastas, para isto o Mozilla TB exibirá a janela de edição para que se possa escolher o destinatário.</p>
40 B	<p>A questão 40 apresenta as afirmativas de maneira um pouco confusa, mas ao fragmentá-la pode-se identificar que apenas os itens IV e V estão corretos. O item IV descreve uma situação em que realmente está havendo uma tentativa de phishing.</p> <p>O item V descreve a definição de Spam.</p>
LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO – professores Emori e Emerson Melo	
41 X	<p>QUESTÃO ANULADA em decorrência de ambigüidade irreversível na redação da opção correta.</p> <p>O gabarito preliminar trazia a resposta “B”, com base no que diz a Resolução 04/98:</p> <p>Art. 2º. Os veículos adquiridos por autônomos e por empresas que prestam transportes de cargas e de passageiros, poderão efetuar serviços remunerados para os quais estão autorizados, atendida a legislação específica, as exigências dos poderes concedentes e das autoridades com jurisdição sobre as vias públicas</p> <p>Art. 4º. Antes do registro e licenciamento, o veículo novo, nacional ou importado que portar a nota fiscal de compra e venda ou documento alfandegário poderá transitar</p>
42 X	<p>QUESTÃO ANULADA por apresentar duas opções corretas.</p> <p>RECURSO SUGERIDO PELOS PROFESSORES DO CURSO SÓLON:</p> <p>FUNDAMENTAÇÃO: A questão precisa ser anulada, pois há duas alternativas corretas, conforme disciplina o artigo 1º., item I-13 e 14 da Resolução 14/98 do CONTRAN de 06/02/1998, constante do edital do concurso:</p> <p>Art.1º. I - Veículos automotores e ônibus elétricos:</p> <p>13) retrorrefletores (catadióptrico) traseiros, de cor vermelha;</p> <p>14) lanterna de iluminação da placa traseira, de cor branca;</p>
43 C	<p>Resolução 32/98:</p> <p>Art. 2º Poderão ser utilizados os mesmos modelos de placas para os veículos oficiais dos Vice-Governadores e dos Vice-Prefeitos, assim como para os Ministros dos Tribunais Federais, Senadores e Deputados, mediante solicitação dos Presidentes de suas respectivas instituições.</p>
44 C	<p>Resolução 36/98:</p> <p>Art.1º O condutor deverá acionar de imediato as luzes de advertência (pisca-alerta) providenciando a colocação do triângulo de sinalização ou equipamento similar à distância mínima de 30 metros da parte traseira do veículo.</p> <p>Parágrafo único. O equipamento de sinalização de emergência deverá ser instalado perpendicularmente ao eixo da via, e em condição de boa visibilidade.</p>
45 E	<p>Resolução 53/98 e CTB:</p> <p>Resolução 53 - Art. 4º - Em caso de veículo transportando carga perigosa ou perecível e de transporte coletivo de passageiros, aplicar-se-á o disposto no § 5º do art. 270 do Código de Trânsito Brasileiro.</p> <p>Art 270 5 CTB - A critério do agente não se dará a retenção imediata quando se tratar de veículo de transporte coletivo transportando passageiros ou veículo transportando produtos perigosos ou perecível desde que ofereça condições de segurança para circulação em via pública.</p>
46 D	<p>QUESTÃO SUJEITA A RECURSO, segundo nosso entendimento, mas não acatada pelo Cespe:</p> <p>NOSSA FUNDAMENTAÇÃO: A questão precisa ser anulada, pois além da opção constante do gabarito oficial (alternativa incorreta), há mais duas opções nessa situação, conforme indica a Resolução 82/98, de 19/11/1998, constante do conteúdo programático do concurso:</p> <p>1) <i>“A autorização para transporte de passageiros em veículos de carga não pode ser concedida para viagem cuja data ultrapasse a validade do CRLV”.</i></p> <p>O § 1º. do Art. 2º. da Res. 82 determina que a autorização não ultrapasse a validade do CRLV, entretanto o §2º se inicia dizendo: “Excetua-se o estabelecido neste artigo (incluindo o §1º.)...” e como o §3º. Diz respeito aos prazos das regras do § 2º., podemos concluir que tanto o §2º, quanto seus respectivos prazos, não entram no disposto pelo §1º. Do mesmo artigo.</p> <p>Considerando que o prazo dos incisos IV e V do §2º. é determinado por período de tempo, desde que não ultrapasse 1 ano e tendo esta regra como única.</p> <p>Concluimos que nesse caso específico fica o prazo máximo da autorização obedecendo apenas o critério de tempo não superior a 1 ano, mesmo que o prazo de validade do veículo seja menor do que isso.</p> <p>Claro que isso não desobriga ao proprietário do veículo a cumprir com as obrigações de licenciar seu veículo conforme demais regras da legislação de trânsito brasileira.</p>

	<p>2) <i>"As migrações internas decorrentes de assentamento agrícola de responsabilidade do governo e as viagens por motivos religiosos, quando não houver condições de atendimento por transporte de ônibus, são hipóteses tratadas como exceção para fins de transporte de passageiros em veículos de carga"</i>.</p> <p>O que está errado aqui é dizer que as migrações internas e as viagens religiosas, quando não houver condições de atendimento por transporte de ônibus, essas 2 situações são exceções do art. 2º., ou seja, a condição para autorização de pessoas em veículos de carga descritas nesse artigo são 2: inexistência do transporte ou quando este for insuficiente. Mas tudo que estiver no §2º é exceção a regra do art. 2º. Portanto, pra 2 condições descritas pode ser autorizado mesmo que haja transporte de passageiros até em níveis satisfatórios.</p>
47 C	<p>Resolução 110/00:</p> <p>Art. 2º As autoridades, órgãos, instituições e agentes de fiscalização de trânsito e rodoviário em todo o território nacional, para efeito de autuação e aplicação de penalidades, quando o veículo se encontrar fora da unidade federativa em que estiver registrado, deverão adotar os prazos estabelecidos nesta Resolução.</p>
48 A	<p>Res. 128/01:</p> <p>Art. 1º Os veículos de transporte de carga com Peso Bruto Total - PBT superior a 4.536 Kg, fabricados a partir de 30 de abril de 2001, somente poderão ser comercializados quando possuírem dispositivo de segurança afixado de acordo com as disposições constantes do anexo desta Resolução.</p>
49 B	<p>Anexo II da Res.160/04:</p> <p>É um subsistema da sinalização viária cujo meio de comunicação está na posição vertical, normalmente em placa, fixado ao lado ou suspenso sobre a pista, transmitindo mensagens de caráter permanente e, eventualmente, variáveis, através de legendas e/ou símbolos pré-reconhecidos e legalmente instituídos.</p>
50 B	<p>Anexo II da Res. 160/04:</p> <p>Características da Sinalização Especial de ADVERTÊNCIA:</p> <p>Cor:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fundo: Amarela - Símbolo: Preta - Orla interna: Preta - Orla externa: Amarela - Legenda: Preta - Tarja: Preta
51 E	<p>Anexo II da Resolução160/04.</p> <p>Veja o resumo da Resolução 160, e outras informações importantes, em nosso link www.cursosolon.com.br/prf</p>
52 C	<p>Resolução 149/03:</p> <p>Art. 2º - § 3º - A comprovação da infração referida no inciso III do § 1º deverá ter a sua análise referendada por agente da autoridade de trânsito que será responsável pela autuação e fará constar o seu número de identificação no auto de infração.</p>
53 B	<p>Resolução 152/03</p> <p>Art. 1º - Parágrafo Único – O veículo de carga com peso bruto total (PBT) superior a quatro mil e seiscentos quilogramas cujas características originais da carroçaria forem alteradas, ou quando nele for instalado algum tipo de implemento a partir da data determinada no caput, também deverá atender às especificações constantes do Anexo desta Resolução.</p>
54 D	<p>Anexo I. Apenas o inc.I "caminhonete" está errado. O correto é "camioneta", que é diferente.</p>
55 E	<p>Res.165/04:</p> <p>Art. 7º. Antes de efetivar o uso do sistema para a fiscalização de infrações decorrentes da inobservância de sinalização, a autoridade de trânsito com circunscrição sobre a via deverá verificar se a sinalização de regulamentação de trânsito exigida pela legislação está em conformidade com a mesma.</p>
56 D	<p>Res. 193/06:</p> <p>Art. 1º. O condutor de veículo automotor, natural de país estrangeiro e nele habilitado, desde que penalmente imputável no Brasil, poderá dirigir no Território Nacional quando amparado por convenções ou acordos internacionais, ratificados e aprovados pela República Federativa do Brasil e, igualmente, pela adoção do Princípio da Reciprocidade, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, respeitada a validade da habilitação de origem.</p>

57 A	<p>Res. 205/06:</p> <p>Art. 1º. Os documentos de porte obrigatório do condutor do veículo são:</p> <p>I – Autorização para Conduzir Ciclomotor - ACC, Permissão para Dirigir ou Carteira Nacional de Habilitação - CNH, no original;</p> <p>II – Certificado de Registro e Licenciamento Anual - CRLV, no original;</p> <p>§ 1º. Os órgãos executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal deverão expedir vias originais do Certificado de Registro e Licenciamento Anual – CRLV, desde que solicitadas pelo proprietário do veículo.</p>
58 D	<p>Res. 274/08:</p> <p>Art. 6º A Autorização Especial de Transito – AET, expedida pela autoridade competente, terá validade máxima de 1 (um) ano e somente será concedida após vistoria técnica da Combinação para Transporte de Veículos – CTV, expedida pelo órgão executivo rodoviário da União, que fornecerá o cadastro aos órgãos e entidades executivas rodoviárias dos Estados, DF e Municípios.</p>
59 X	<p>QUESTÃO ANULADA. Apesar de a redação da opção tida como correta pelo gabarito oficial preliminar (alternativa A) estar fundamentada em Resolução do CONTRAN (vide abaixo), ela não contempla o caso de veículo de duas ou de três rodas, situação tratada em outro artigo da mesma resolução.</p> <p>Res. 231/07:</p> <p>Art.1º Após o registro no órgão de trânsito, cada veículo será identificado por placas dianteira e traseira, afixadas em primeiro plano e integrante do mesmo, contendo 7 (sete) caracteres alfanuméricos individualizados sendo o primeiro grupo composto por 3 (três), resultante do arranjo, com repetição de 26 (vinte e seis) letras, tomadas três a três, e o segundo grupo composto por 4 (quatro), resultante do arranjo, com repetição, de 10 (dez) algarismos, tomados quatro a quatro</p>
60 C	<p>Art. 20 do CTB:</p> <p>No âmbito das rodovias e estradas federais, não compete à PRF os dizeres da alternativa C: “realizar o patrulhamento ostensivo das ferrovias federais que margeiam as rodovias federais.”</p> <p>Segundo o Artigo 20, seis o compete, nesse caso, à PRF:</p> <p>I - cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições;</p> <p>II - realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros;</p> <p>III - aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito, as medidas administrativas decorrentes e os valores provenientes de estada e remoção de veículos, objetos, animais e escolta de veículos de cargas superdimensionadas ou perigosas;</p> <p>IV - efetuar levantamento dos locais de acidentes de trânsito e dos serviços de atendimento, socorro e salvamento de vítimas;</p> <p>V - credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de carga indivisível;</p> <p>VI - assegurar a livre circulação nas rodovias federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, e zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções e instalações não autorizadas;</p> <p>VII - coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre acidentes de trânsito e suas causas, adotando ou indicando medidas operacionais preventivas e encaminhando-os ao órgão rodoviário federal;</p> <p>VIII - implementar as medidas da Política Nacional de Segurança e Educação de Trânsito;</p> <p>IX - promover e participar de projetos e programas de educação e segurança, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN;</p> <p>X - integrar-se a outros órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área de sua competência, com vistas à unificação do licenciamento, à simplificação e à celeridade das transferências de veículos e de prontuários de condutores de uma para outra unidade da Federação;</p> <p>XI - fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruído produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, de acordo com o estabelecido no art. 66, além de dar apoio, quando solicitado, às ações específicas dos órgãos ambientais.</p>
61 B	<p>Resolução 258/07:</p> <p>Art. 4º. A fiscalização de peso dos veículos deve ser feita por equipamento de pesagem (balança rodoviária) ou, na impossibilidade, pela verificação de documento fiscal.</p>

62 B	<p>§ único do art.5º da resolução 262/07:</p> <p>Art. 5º Somente serão registrados, licenciados e emplacados com motor alimentado a óleo diesel, os veículos autorizados conforme a Portaria nº 23, de 6 de junho de 1994, baixada pelo extinto Departamento Nacional de Combustíveis – DNC, do Ministério de Minas e Energia.</p> <p>Parágrafo único: Fica proibida a modificação da estrutura original de fábrica dos veículos para aumentar a capacidade de carga, visando o uso do combustível Diesel.</p>
63 D	<p>QUESTÃO SUJEITA A RECURSO pela fundamentação abaixo (mas há controvérsias):</p> <p>FUNDAMENTAÇÃO: O enunciado exige do candidato o assinalamento da alternativa incorreta, mas a questão precisa ser anulada, em favor de todos os candidatos, pois além da alternativa constante no gabarito preliminar oficial, há outras duas alternativas incorretas, conforme regulamenta a Resolução 277/98 de 28/05/2008, a saber:</p> <p>1) "Para transitar em veículos automotores, todas as crianças que estavam no automóvel deveriam estar usando individualmente cinto de segurança ou sistema de retenção equivalente." Observe a referida Resolução, em seu art. 1º. § 3º: As exigências relativas ao sistema de retenção, no transporte de crianças com até sete anos e meio de idade, não se aplicam aos veículos de transporte coletivo, aos de aluguel, aos de transporte autônomo de passageiro (táxi), aos veículos escolares e aos demais veículos com peso bruto total superior a 3,5t. Se o veículo mencionado pela alternativa fosse um TÁXI, não é obrigatório o sistema de retenção para criança de 7 anos mencionada pela questão. Como a alternativa diz "todas as crianças", a alternativa é incorreta.</p> <p>2) "Na hipótese de a quantidade de crianças com idade inferior a dez anos exceder a capacidade de lotação do banco traseiro, o condutor deveria ter transportado aquela de maior estatura, e não a mais velha, no banco dianteiro, utilizando o cinto de segurança do veículo ou dispositivo de retenção adequado ao seu peso e à altura." Novamente o texto traz a mesma irregularidade, já que se reportou ao mesmo veículo tipo TÁXI (o condutor deveria), da obrigação do dispositivo de retenção para este tipo de veículo. E já que ele dizia que a criança de maior estatura era superior a sete anos e meio, ficaria obrigado então a utilizar o cinto e não teria essa opção dada pela alternativa, do sistema de retenção.</p>
64 E	<p>Artigos 1, 5, 7 e 13 do CTB:</p> <p>Baixe o Código de Trânsito Brasileiro, a partir do link http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9503Compilado.htm</p>
65 E	<p>Art.29 do CTB: O trânsito de veículos nas vias terrestres abertas à circulação obedecerá às seguintes normas:</p> <p>...</p> <p>III - quando veículos, transitando por fluxos que se cruzem, se aproximarem de local não sinalizado, terá preferência de passagem:</p> <p>a) no caso de apenas um fluxo ser proveniente de rodovia, aquele que estiver circulando por ela;</p> <p>b) no caso de rotatória, aquele que estiver circulando por ela;</p> <p>c) nos demais casos, o que vier pela direita do condutor;</p>
66 C	<p>Art. 53 do CTB: Os animais isolados ou em grupos só podem circular nas vias quando conduzidos por um guia, observado o seguinte:</p> <p>...</p> <p>II - os animais que circularem pela pista de rolamento deverão ser mantidos junto ao bordo da pista.</p>
67 C	<p>Art. 115 do CTB: O veículo será identificado externamente por meio de placas dianteira e traseira, sendo esta lacrada em sua estrutura, obedecidas as especificações e modelos estabelecidos pelo CONTRAN.</p> <p>§ 1º ...</p> <p>§ 2º As placas com as cores verde e amarela da Bandeira Nacional serão usadas somente pelos veículos de representação pessoal do Presidente e do Vice-Presidente da República, dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, do Presidente e dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, dos Ministros de Estado, do Advogado-Geral da União e do Procurador-Geral da República.</p>

68 D	<p>Art. 138 do CTB: O condutor de veículo destinado à condução de escolares deve satisfazer os seguintes requisitos:</p> <p>I - ter idade superior a vinte e um anos;</p> <p>II - ser habilitado na categoria D;</p> <p>III - (vetado)</p> <p>IV - não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses;</p> <p>V - ser aprovado em curso especializado, nos termos da regulamentação do CONTRAN.</p>
69 C	<p>Art. 162 III do CTB: Dirigir veículo:</p> <p>...</p> <p>III - com Carteira Nacional de Habilitação ou Permissão para Dirigir de categoria diferente da do veículo que esteja conduzindo:</p> <p>Infração - gravíssima;</p> <p>Penalidade - multa (três vezes) e apreensão do veículo;</p> <p>Medida administrativa - recolhimento do documento de habilitação;</p>
70 E	<p>Art. 301 do CTB: Ao condutor de veículo, nos casos de acidentes de trânsito de que resulte vítima, não se imporá a prisão em flagrante, nem se exigirá fiança, se prestar pronto e integral socorro àquela.</p>

CONHECIMENTOS DE DIREITO – professores Laert, Márcia e Guerra

71 E	<p>Pela Constituição Federal do Brasil a família reconhecida como base da sociedade, que tem especial proteção do Estado, tanto é a que se origina do casamento como a que provém da união estável entre o homem e a mulher, ou ainda a que é estabelecida entre qualquer dos pais e seus descendentes, não sendo levada em conta a existência, ou não, de casamento entre os genitores. Pelo casamento civil o casal busca o reconhecimento público do vínculo por parte do Estado, demonstrando a sua disposição não só de usufruir das vantagens resultantes da união como também de assumir os deveres que obviamente vêm em consequência dela. Outro aspecto é a união estável entre o homem e a mulher, que a lei reconhece como entidade familiar, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família. O terceiro e último aspecto é a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes, independentemente da existência de casamento entre os genitores. É a família monoparental, cuja denominação doutrinária tem como justificativa a forma de ressaltar a presença de somente um dos pais na titularidade do vínculo familiar.</p>
72 B	<p>Os servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto no artigo 40 da CF/88.</p> <p>O artigo 37, XI da CF/88 informa que a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos.</p> <p>Aplica-se o limite fixado no art. 37, XI, à soma total dos proventos de inatividade, inclusive quando decorrentes da acumulação de cargos ou empregos públicos, bem como de outras atividades sujeitas a contribuição para o regime geral de previdência social, e ao montante resultante da adição de proventos de inatividade com remuneração de cargo acumulável na forma desta Constituição, cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, e de cargo eletivo.</p>

73 C	<p>A questão é bem genérica, abordando o conteúdo de crimes contra a administração pública, do abuso de autoridade, do tráfico ilícito de entorpecentes e ainda sobre competência.</p> <p>A alternativa "a" trata sobre competência para julgamento do crime de uso de documento falso praticado perante um policial rodoviário federal, que é da justiça federal e não estadual.</p> <p>A alternativa "b" fala em possibilidade de conversão da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos, o que não pode segundo art. 33, § 4º da Lei 11.343/06.</p> <p>A alternativa "c" realmente está correta.</p> <p>A alternativa "d" está incorreta porque somente crimes militares são de competência da justiça militar, o que não é o caso dos crimes de abuso de autoridade.</p> <p>A alternativa "e" está incorreta porque o crime de corrupção não é necessariamente bilateral, podendo existir corrupção passiva sem o crime de corrupção ativa.</p>
74 D	<p>Sobre crimes contra o patrimônio.</p> <p>A alternativa "a" está incorreta porque a narrativa está tratando de crime de roubo (art. 157 do CP) e não de ameaça e furto.</p> <p>A alternativa "b" não está certa porque é caso de crime de latrocínio consumado e não tentado.</p> <p>A alternativa "c" está errada porque Renato responderá pelo crime de furto e não estelionato.</p> <p>A alternativa "d" está correta e a "e" não está porque para se fazer jus a delação premiada esta deve ser fundamental para a captura dos demais comparsas e liberação da vítima, o que não ocorreu.</p>
75 C	<p>QUESTÃO SUJEITA A RECURSO, segundo entendimento de nossos professores, mas não acatada pelo Cespe:</p> <p>Sobre inquérito policial:</p> <p>O item I não está correto porque não se fala em nulidade do Inquérito Policial. O item II está correto.</p> <p>O item III não está certo porque não é em todas as espécies de ação penal que o inquérito pode ser instaurado de ofício.</p> <p>O item IV é divergente. Existe posicionamento que entende que a requisição do MP não é vista como uma ordem, mas sim como um pedido, requerimento. Fundamentam que o Ministério Público não exerce hierarquia sobre o Delegado de Polícia e este, quando houver fundamento, poderá se negar a instaurar o IP.</p> <p>O item V está incorreto porque jamais a autoridade policial poderá promover o arquivamento do IP.</p>
76 E	<p>Sobre prisão em flagrante. Como todas as alternativas estão corretas, não há o que comentar.</p>
77 A	<p>A Lei nº 8.492/92 prevê três modalidades de atos de improbidade administrativa: (a) atos que implicam enriquecimento ilícito do agente público (art. 9º); (b) atos que causam prejuízo ao erário (art. 10); e (c) atos que atentam contra os princípios da administração pública (art. 11).</p> <p>O artigo 9º envolve 12 diferentes hipóteses de atos de improbidade que importam enriquecimento ilícito. Não é rol taxativo ou exaustivo, o que fica claro pela utilização, no <i>caput</i>, do advérbio <i>notadamente</i> para enunciar a dúzia de incisos exemplificativos do enunciado.</p> <p>Com efeito, o artigo 9º dispõe que "constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades mencionadas no art. 1º desta lei (...)"</p> <p>O enriquecimento ilícito administrativo sem justa causa caracteriza-se pelo acréscimo de bens ao patrimônio do agente público, em detrimento do erário, sem que para isso tenha havido motivo determinante justificável. Não é necessário, para tanto, enriquecimento de grande porte econômico, bastando apenas a ocorrência de acréscimos indevidos.</p> <p>São três os requisitos essenciais para a configuração do enriquecimento ilícito, quais sejam, a prática do ato por um agente público; a inexistência de fundamento que justifique a apropriação alheia; a obtenção da vantagem por parte do agente público em virtude da sua condição profissional.</p> <p>Vale lembrar que não há a necessidade de resultado danoso à Administração Pública para restar configurado o enriquecimento ilícito, bastando apenas a expectativa de sua efetivação. Neste contexto, vale mencionar o exemplo dado por Carlos Frederico Brito dos Santos:</p> <p>É o caso do professor de escola pública que, afrontando a tradição de dignidade de uma das categorias mais respeitáveis e nobres dos servidores públicos do país, a dos professores, resolve exigir do pai de um aluno já reprovado na matéria, certa quantia em troca de sua aprovação no exame de recuperação. Percebida a quantia, não se pode dizer que houve prejuízo ao erário.</p>

78 D	De acordo com o artigo 1º da lei n.º 9.654/1998, fica criada, no âmbito do Poder Executivo, a carreira de Policial Rodoviário Federal, com as atribuições previstas na Constituição Federal, no Código de Trânsito Brasileiro e na legislação específica. Parágrafo único. A implantação da carreira far-se-á mediante transformação dos atuais dez mil e noventa e oito cargos efetivos de Patrulheiro Rodoviário Federal, do quadro geral do Ministério da Justiça, em cargos de Policial Rodoviário Federal.
79 C	Os bens públicos são classificados em bens de uso comum , tais como as ruas e praças; bens de uso especial , tais como os prédios públicos; e os bens dominicais (ou dominiais), que são propriedades da União sem destinação específica. Apenas quando dominicais, ou seja, não afetados a qualquer serviço ou utilidade pública, são passíveis de alienação (venda ou qualquer outra forma de transferência de domínio). Como o prédio onde se encontra instalada a PRF é de "uso especial", é vedada a sua alienação.
80 A	Por se tratar de menor impúbere (menos de 16 anos), a responsabilidade civil pelas ações do menor (que é pessoa absolutamente incapaz) recai sobre o pai, mãe ou responsável legal, na forma do artigo 932 do Código Civil Brasileiro. Veja resumo da disciplina de Direito Civil no link www.cursosolon.com.br/prf

COMENTÁRIOS SOBRE A PROVA DE REDAÇÃO (prof. Alethéia)

A produção da dissertação nesta prova deveria responder de forma objetiva ao questionamento: O principal problema das megalópoles é a superpopulação? A resposta, de forma dissertativa e em até 30 linhas, deveria conter introdução (tema + tese) desenvolvimento (argumentos) e conclusão (finalização da idéia + retomada da tese).

O texto deveria discorrer sobre o fato de que há 6,6 bilhões de pessoas distribuídas de forma desigual no planeta. Áreas de aglomeração, como as megalópoles, coexistem com as de baixa densidade demográfica (poucos habitantes por quilômetro quadrado), o problema da superpopulação começou a causar preocupação no século passado e agora se tornou bastante grave.

Estamos vivendo um dos momentos mais críticos da história da sociedade terrena, enfrentando uma época em que a humanidade precisa escolher o que quer para o futuro. Estudos apontam que, nas próximas décadas, praticamente todo o crescimento populacional do planeta ocorrerá nas cidades, nas quais viverão sete, em cada dez pessoas, em 2030.

Estudiosos afirmam que as megalópoles serão enormes regiões interligadas, superpovoadas, que englobarão cidades vizinhas e, nas quais, mais da metade da população concentrar-se-á em bolsões de miséria, favelas ou "barracópoles".

Portanto, segundo as projeções demográficas, daqui a duas décadas, as megalópoles estruturar-se-ão com centros luxuosos e ultramodernos, habitados por uma classe poderosa e rica, mas rodeados, ou melhor, sitiados por enormes extensões de favelas, de marginados, como já se pode perceber, embora em quantidades ainda reduzidas, nas atuais metrópoles do Rio de Janeiro e São Paulo.

Famílias inteiras coabitam em casebres ou em áreas de poucos metros quadrados, convivendo numa promiscuidade, que poderá trazer, de volta, as epidemias de doenças já combatidas ou debeladas, como a cólera, a hepatite e outras tantas doenças infectocontagiosas. Além disso, haverá muito desemprego e vida precária, tornando a convivência ainda mais complicada do que ocorre nas atuais favelas. Tóquio, com perspectiva de 37 milhões de moradores, será a maior megalópole do planeta.

Os governos atuais, já na realidade atual das metrópoles, não conseguem criar os serviços necessários para uma vida humana decente. O crescimento desordenado da população, o desemprego estrutural, a pobreza, a miséria, a exclusão social, a falta de atendimento às necessidades básicas, o não reconhecimento dos direitos do cidadão, o des-

respeito aos direitos humanos, a facilidade de acesso às drogas e às armas, a influência nociva da televisão, e o uso abusivo de bebidas alcoólicas, favorecerão todo tipo de violência que se possa imaginar.

Em se tratando de violência global, há uma síndrome perversa, em que os benefícios do desenvolvimento não estão sendo divididos equitativamente e o fosso entre afortunados e deserdados (ricos x pobres) está aumentando. Essa tendência é extremamente perigosa, mas podemos evitá-la. Caso contrário, as bases da segurança global estarão seriamente ameaçadas, muito mais do que já estão. Temos o conhecimento e a tecnologia a nosso favor, necessários para sustentar toda a população, equilibradamente, e reduzir os impactos de agressão ao meio ambiente, até porque, os desafios ambientais, econômicos, políticos, sociais e espirituais estão interligados, e, juntos, podemos criar, de início, soluções emergenciais, para que evitemos o caos absoluto em pouco tempo.

A rigor, essas questões sobre crescimento demográfico, uso e utilização dos bens terrenos, desigualdades sociais, direito de propriedade, justiça, amor e caridade, como tantas outras mais, de cunho eminentemente social deveriam estar presentes na produção textual dissertativa da prova da PRF.

Texto original Jorge Hessen, adaptado por Aletheia Braga.

AULAS & APOSTILAS:  **Curso Sólton**
Concursos Públicos

www.CursoSolon.com.br